



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 01/2026/SMAI

CAPÍTULO I
DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

1. OBJETO

A presente contratação de empresa especializada para o fornecimento/prestação de serviços de escavação e instalação de cisternas visa atender a Execução do Convênio FPE nº 2726/2022, que entre si celebram o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria da Agricultura, Pecuária, Produção Sustentável e Irrigação, a Associação Riograndense de empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – Emater / RS e o Município de São Borja, objetivando executar demandas do Avançar na Agropecuária e no desenvolvimento rural, que visa a construção de 03 reservatórios (cisternas) para armazenamento de água com revestimento de geomembrana .

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de até 01 (um) ano prorrogável na forma dos art. 105 da Lei nº 14.133/2021, ou assim que for realizado o serviço.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/ SERVIÇOS

3.1. Os bens a serem adquiridos ou serviços a serem contratados enquadram-se na classificação de:

- () bens comuns (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () bens especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços comum (art. 6º, inciso XIII Lei n.º 14.133/2021)
- () serviços especiais (art. 6º, inciso XIV Lei n.º 14.133/2021)
- (X) obra (art. 6º, inciso XII Lei n.º 14.133/2021)

CAPÍTULO II
DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO, DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Segundo os princípios da proporcionalidade e da isonomia, a valor está dentro do valor de mercado, o processo se iguala, proporcional ou menor a diversos outros processos de praticados pela mesma entidade em contratos com o mesmo objeto – ou semelhante – que serão descrito neste Termo e no Estudo Técnico Preliminar, também, com todos os contratos que demonstram valores de mercado anexo.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

5.1. A solução proposta é a contratação de empresa especializada para o fornecimento/prestação de serviços de escavação e instalação de cisternas, conforme as seguintes especificações/condições:

1. Serviço de escavação com retroescavadeira de uma vala de até 60m³ em três propriedades, limpeza de fundo e laterais e fornecimento e instalação de cisterna com capacidade para 60.000 litros, com geomembrana de PEAD 0,8mm na parte inferior e na cobertura, com estrutura de cobertura em aço galvanizado de 38,00 mm x 1,25mm, utilizando parafuso de aço inox, com porta de acesso, ladão, entrada e saída de água, com itens para que água possa ser utilizada, como bomba submersa (Conforme memorial descritivo), cabos elétricos, disjuntor, tubos e pré-filtros.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os serviços de escavação e instalação de cisternas têm natureza de obra, conforme definido no Memorial descritivo, conforme art. 6º, inciso XII da Lei 14.133/2021.

A contratação será realizada por meio de concorrência eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, regime de execução: empreitada por preço global.

6.1. Apresentação de documentos de qualificação técnica, conforme o art. 67 da lei 14.133/21 e demais legislações pertinentes, conforme seguem:

6.1.1 Apresentação de profissional, **legalmente habilitado e devidamente registrado no conselho profissional competente, certificando que o mesmo é responsável técnico pela empresa junto ao órgão competente**, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.

6.1.2 Comprovante de registro ou inscrição da empresa junto ao CREA/CAU.

6.1.3 Atestado de capacidade técnica, **fornecido por pessoa jurídica** de direito público ou privado, em nome de **Profissional, responsável Técnico da Empresa, de que executou, satisfatoriamente**, contrato com objeto compatível ou superior em características com o ora licitado, na parcela de maior relevância com quantidades mínimas de 50% (cinquenta por cento), conforme § do art. 67 da Lei 14.133/21, conforme descritos abaixo:

6.1.3.1 Execução de assentamento de geomembrana, com qualificação técnica e cumprindo as normas técnicas específicas com quantitativos igual ou superior a 256,5 m².

6.1.3.2 Execução de escavação com retroescavadeira, carga, transporte e compactação de reaterros, com quantitativos igual ou superior a 90,00m³.

6.1.3.3 Execução de instalações elétricas em baixa tensão e instalações hidrossanitárias, com quantitativos igual ou superior a 17,50 m²

6.1.4 Atestado de vistoria técnica a fim de mitigar possíveis erros no momento da execução do objeto anulando a possibilidade da contratada alegar desconhecer o (s) local (is), suas peculiaridades e a situação ou declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, substituição ao atestado de vistoria técnica.

6.1.4.1 Para avaliação prévia do local de execução, conforme art. 63, § 4º, o licitante, através de técnico representante da empresa, poderá contatar a equipe técnica da SMPOP – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos, para realizar a vistoria até o dia útil que antecede a licitação, com profissionais da equipe técnica do Município, em horário de expediente (das 7h30min às 13h, através do telefone (55) 3431-4080, ramal 1205.

6.2 - Na assinatura do contrato, a contratada deverá apresentar ART de execução quitada.

CAPÍTULO III **DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1. Serviço de escavação com retroescavadeira de uma vala de até 60m³ em três propriedades, limpeza de fundo e laterais e fornecimento e instalação de cisterna com capacidade para 60.000 litros, com geomembrana de PEAD 0,8mm na parte inferior e na cobertura, com estrutura de cobertura em aço galvanizado de 38,00 mm x 1,25mm, utilizando parafuso de aço inox, com porta de acesso, ladão, entrada e saída de água, com itens para que água possa ser utilizada, como bomba submersa (Conforme memorial descritivo), cabos elétricos, disjuntor, tubos e pré-filtros.

7.3. Os serviços descritos acima deverão ser executados conforme projetos/EMATER e memorial descritivo que seguem anexo.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura

8. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1. PRAZO

(X) Prazo de entrega do serviço de escavação e para a instalação das 03 cisternas será de até 90 dias a contar da assinatura da ordem de serviço.

8.2. LOCAL E HORÁRIO

A escavação e a instalação dos 03 reservatórios serão nas seguintes localidades:

Assentamento Conquista das Missões na propriedade de Srº Volnei Rodrigues de Lima, distante aproximadamente 12 km deste Município.

Assentamento Cambuchim na propriedade da srª Vera Lúcia Carbolin Santos, distante aproximadamente 55 km deste Município.

Samburá na propriedade do srº Tairo Pires Moraes, distante aproximadamente 84 km deste Município.

Primeiramente deverá ser concluída a escavação para que posteriormente seja realizada a instalação das cisternas, de acordo com o projeto anexo.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

9.1. São obrigações da Contratante:

- a) receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes na TR e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;
- f) a Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal.
- b) responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- e) indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura

11. GARANTIA (E/OU VALIDADE)

11.1 - O prazo de garantia do objeto, contra defeitos na execução, deverá ser de, no mínimo, **05 (cinco) anos**, a contar do recebimento definitivo.

11.2 – Durante o período da garantia, a CONTRATADA obriga-se a efetuar, sem ônus para o Município de São Borja/RS, os reparos apontados pela fiscalização, no prazo de 15(quinze) dias úteis, a contar do 1º dia útil posterior à data de confirmação do recebimento da comunicação.

11.3 – A garantia para bomba submersa será de 1 (um) ano.

11.4 – A garantia da geomembrana PEAD, $e = 0,8$ mm, a instalação e a integridade da manta devem ter garantia de estanqueidade de 5 (cinco) anos.

CAPÍTULO IV **DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

12.1. Nos termos do art. 117, da Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega do serviço contratado, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

12.2. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

12.3. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

12.4. O fiscal do contrato poderá ser auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

12.5. O responsável pela fiscalização do contrato será o Eng.º Civil Sérgio de Freitas CREA – RS 023892-D, e seu substituto será o Servidor Eng.º Civil Nelson Freitas CREA-RS 73.745-D

13. DOS PROCEDIMENTOS DE TESTES E INSPEÇÕES

13.1. O CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas ao fornecimento do objeto contratado, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

CAPÍTULO V **DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

14. DA APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO

14.1. O objeto contratado será recebido provisoriamente pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.2. A entrega poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 15 dias, após o recebimento provisório, após a verificação da qualidade e consequente aceitação pelo fiscal do contrato.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura

15. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

15.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- I. dar causa à inexecução parcial do contrato;*
- II. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;*
- III. dar causa à inexecução total do contrato;*
- IV. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;*
- V. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;*
- VI. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;*
- VII. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;*
- VIII. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;*
- IX. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;*
- X. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;*
- XI. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;*
- XII. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.*

15.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I. advertência;*
- II. multa;*
- III. impedimento de licitar e contratar;*
- IV. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.*

15.2.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I a natureza e a gravidade da infração cometida;*
- II as peculiaridades do caso concreto;*
- III. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;*
- IV. os danos que dela provierem para a Administração Pública;*
- V. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.*

15.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 16.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

15.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 16.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

15.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 16.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de São Borja, pelo prazo de 3 (três) anos.

15.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 16.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 16.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

15.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 16.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

- I. quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.*

15.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 16.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura

15.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

15.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 16.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

15.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 16.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

15.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 16.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

16. DO PAGAMENTO E REAJUSTAMENTO

16.1. Após a execução do objeto contratado ou parcela dele, o pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta dias) após a apresentação da nota fiscal detalhando o objeto fornecido, com o devido recebimento e aprovação do fiscal do contrato, conforme cronograma físico-financeiro.

CAPÍTULO VI **FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

17. MODALIDADE, TIPO DE LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

17.1. A contratação da empresa para realização dos serviços de escavação e instalação de cisternas, enquadrada como obra, será realizada por meio de licitação, na modalidade concorrência, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço global, nos termos dos artigos 6º, inciso XXXVIII, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Nos termos do art. 18, §1º, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento do objeto deve ser adotado sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajoso, visando à ampliação da competitividade, sem prejuízo à execução contratual. Todavia, a referida norma admite o não parcelamento quando comprovada a inviabilidade técnica ou o prejuízo à adequada execução do objeto.

No presente caso, o objeto da contratação consiste na execução integrada dos serviços de escavação e instalação de cisternas, compreendendo atividades técnica e operacionalmente interdependentes, cuja correta execução exige planejamento único, coordenação contínua e responsabilidade técnica centralizada.

A segregação do objeto em contratações distintas comprometeria a compatibilidade entre as etapas, especialmente no que se refere às dimensões, estabilidade do solo, nivelamento, drenagem e assentamento das cisternas, fatores diretamente relacionados à funcionalidade, segurança e durabilidade da estrutura implantada.

Além disso, o parcelamento acarretaria risco de sobreposição ou lacunas de responsabilidade, dificultando a fiscalização contratual e a apuração de eventuais falhas na execução, em afronta aos princípios da eficiência e da segurança jurídica.

Sob o aspecto da economicidade, a contratação integrada reduz custos indiretos, evita retrabalhos, otimiza o gerenciamento do contrato e assegura maior eficiência administrativa, em consonância com o art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

Ressalte-se, ainda, que o não parcelamento não implica restrição indevida à competitividade, uma vez que há no mercado empresas com capacidade técnica para executar integralmente o objeto, sendo a exigência de execução unificada compatível com a natureza e complexidade dos serviços.

Diante do exposto, resta devidamente justificado o não parcelamento do objeto, por inexistir viabilidade técnica e vantagem econômica na sua divisão, estando a opção administrativa devidamente motivada e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com os princípios que regem as contratações públicas.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura

17.2. Será selecionado o fornecedor que atender a todos os critérios de aceitabilidade de preços e de habilitação exigidos neste Termo de Referência.

18. CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO E ACEITAÇÃO DA PROPOSTA

18.1. A proposta de preço deverá conter as seguintes indicações:

- a) identificação do proponente (Razão Social/Nome e CNPJ/CPF).
- b) a proposta financeira deverá ser formulada, contendo preço unitário por item, total por item e total geral, onde deverão estar incluídos, contabilizados e previstos todos os custos inerentes a execução do objeto, indicando, no que for aplicável, a marca, o modelo, prazo de validade ou de garantia; número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;
- c) prazo de validade da proposta que deverá ser de no mínimo 60 (sessenta) dias.
- d) apresentada a proposta, o proponente estará automaticamente aceitando e se sujeitando às cláusulas e condições do presente Termo de Referência.
- e) assinatura do responsável legal da empresa.

19. CRITÉRIOS DE HABILITAÇÃO E DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

19.1 ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA

(x) Sim () Não

6.1. Apresentação de documentos de qualificação técnica, conforme o art. 67 da lei 14.133/21 e demais legislações pertinentes, conforme seguem:

6.1.1 Apresentação de profissional, **legalmente habilitado e devidamente registrado no conselho profissional competente, certificando que o mesmo é responsável técnico pela empresa junto ao órgão competente**, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação.

6.1.2 Comprovante de registro ou inscrição da empresa junto ao CREA/CAU.

6.1.3 Atestado de capacidade técnica, **fornecido por pessoa jurídica** de direito público ou privado, em nome de **Profissional, responsável Técnico da Empresa, de que executou, satisfatoriamente**, contrato com objeto compatível ou superior em características com o ora licitado, na parcela de maior relevância com quantidades mínimas de 50% (cinquenta por cento), conforme § do art. 67 da Lei 14.133/21, conforme descritos abaixo:

6.1.3.1 Execução de assentamento de geomembrana, com qualificação técnica e cumprindo as normas técnicas específicas com quantitativos igual ou superior a 256,5 m².

6.1.3.2 Execução de escavação com retroescavadeira, carga, transporte e compactação de reaterros, com quantitativos igual ou superior a 90,00m³.

6.1.3.3 Execução de instalações elétricas em baixa tensão e instalações hidrossanitárias, com quantitativos igual ou superior a 17,50 m²

OBS: Para fins de assinatura do contrato deverá ser comprovado o vínculo do responsável técnico com a empresa licitante.

19.2 VISTORIA

() Não (X) Sim () Opcional () Obrigatória.

6.1.4 Atestado de vistoria técnica a fim de mitigar possíveis erros no momento da execução do objeto anulando a possibilidade da contratada alegar desconhecer o (s) local (is), suas peculiaridades e a situação ou declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, substituição ao atestado de vistoria técnica.

6.1.4.1 Para avaliação prévia do local de execução, conforme art. 63, § 4º, o licitante, através de técnico representante da empresa, poderá contatar a equipe técnica da SMPOP – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Projetos, para realizar a vistoria até o dia útil que antecede a licitação, com profissionais da equipe técnica do Município, em horário de expediente (das 7h30min às 13h, através do telefone (55) 3431-4080, ramal 1205.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura

19.3 DOCUMENTO OFICIAL DO FABRICANTE

(X) Não () Sim

19.4 AMOSTRA

(X) Não () Sim

19.5 LEGISLAÇÃO TÉCNICA APLICÁVEL

Descrever: Não _____

19.6 TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MEs E EPPs

A presente contratação será de participação exclusiva de ME/EPP, nos termos da LC 123/2006.

19.7 DAS VEDAÇÕES

JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS

Considerando a natureza do objeto, consistente na execução de serviços de escavação, instalação e eventual adequação estrutural de cisterna, verifica-se tratar-se de contratação de baixa a média complexidade técnica, com métodos construtivos padronizados, amplamente dominados pelo mercado, e passível de execução por empresas individuais regularmente habilitadas.

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas em consórcio constitui faculdade da Administração, devendo sua admissão ou vedação ser motivada conforme as características do objeto. No presente caso, a admissão de consórcios não se mostra necessária nem vantajosa, pelas seguintes razões:

I – Ausência de complexidade técnica relevante: os serviços a serem contratados não exigem a conjugação de expertises múltiplas ou complementares que justifiquem a associação entre empresas, sendo plenamente executáveis por empresa individual com qualificação técnica compatível;

II – Objeto de pequeno ou médio vulto econômico: o valor estimado da contratação não demanda a formação de consórcios para viabilizar a participação de empresas, não havendo risco de restrição indevida à competitividade;

III – Risco de prejuízo à gestão contratual: a execução por consórcio pode introduzir maior complexidade na fiscalização e na responsabilização contratual, dificultando a apuração de responsabilidades e a aplicação de sanções, em desacordo com os princípios da eficiência e da supremacia do interesse público;

IV – Preservação da isonomia e da competitividade efetiva: a vedação não restringe a competição, pois há número suficiente de empresas no mercado aptas a executar o objeto individualmente, conforme levantamento realizado na fase preparatória.

Diante do exposto, conclui-se que a vedação à participação de consórcios, no presente certame, atende aos princípios da eficiência, economicidade e competitividade, não implicando restrição indevida à participação de interessados, mas sim medida adequada à natureza do objeto e à boa gestão contratual.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura

20. ESTIMATIVA DE PREÇOS

DESCRIÇÃO / ESPECIFICAÇÃO	Valor total estimado
Serviço de escavação com retroescavadeira de uma vala de até 60m ³ em três propriedades, limpeza de fundo e laterais e fornecimento e instalação de cisterna com capacidade para 60.000 litros, com geomembrana de PEAD 0,8mm na parte inferior e na cobertura, com estrutura de cobertura em aço galvanizado de 38,00 mm x 1,25mm, utilizando parafuso de aço inox, com porta de acesso, ladão, entrada e saída de água, com itens para que água possa ser utilizada, como bomba submersa (Conforme memorial descritivo), cabos elétricos, disjuntor, tubos e pré-filtros.	R\$ 65.760,15
* Os valores apurados estão de acordo com planilha orçamentária elaborada pelo Engenheiro Civil Vitor Lindemann dos Santos – CREA-RS : 216676	

21. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

21.1. Os recursos destinados à cobertura das despesas ora pretendidos se encontram alocados no Orçamento Geral do Município e serão custeados com recursos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul e do Município de São Borja.

21.2. Dotação orçamentária da contratação.

Órgão: 18
Unidade: 05
Função: 20
Programa: 118
Projeto/Atividade: 2193
Elemento: 3.4.4.9.0.51.00.00.00
Recurso: 2701

Órgão: 18
Unidade: 05
Função: 20
Programa: 118
Projeto/Atividade: 2193
Elemento: 3.4.4.9.0.51.00.00.00
Recurso: 1500



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BORJA
Secretaria Municipal de Agricultura e Infraestrutura

CAPÍTULO VII
DISPOSIÇÕES GERAIS E INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

São Borja/RS, 17 de abril de 2026.

Emerson Quoos Carvalho
Coordenador
Decreto nº 21.390/2025

Carlos Roberto Bestetti
Secretário Municipal de Agricultura e Infraestrutura
Decreto nº 21.094/2025

() **Defiro**

() **Indefiro**

José Luiz Rodrigues Machado
Prefeito de São Borja/RS